

A influência da doutrina de segurança nacional na formação de assistentes sociais

Palloma Sthéfanie Ramos

Centro Universitário de Formiga (UNIFOR/MG)

Fábio André Gonçalves das Chagas

Centro Universitário de Formiga (UNIFOR/MG)

Resumo

A ditadura civil-militar (1964-85) impregnou o conjunto do tecido social por intermédio da Doutrina de Segurança Nacional, a qual previa, a existência de uma guerra mundial contra o comunismo. A DSN influenciou a formação cultural dos brasileiros por vetores diversos como as estruturas curriculares de cursos de Graduação. Destarte, o Serviço Social foi um dos alvos prediletos. Nesta direção, e buscou identificar, por meio da análise das estruturas curriculares do período em questão, influências da DSN na formação acadêmica de assistentes sociais. Analisando sobejamente o universo bibliográfico sobre o tema, chegou-se à conclusão de a DSN se fez presente no processo de formação cultural e intelectual dos assistentes sociais. O que se pode observar é que a ditadura buscou formatar ideologicamente os profissionais para que, no contato com setores sociais mais empobrecidos, não conseguissem politizar estes grupos, executando seu trabalho mais técnica e objetivamente. Apesar da existência de uma ditadura no país, o Serviço Social foi capaz de refletir, com certa autonomia, sobre a realidade brasileira, não obstante a não superação completa da herança conservadora da Ditadura.

Palavras-chave: segurança nacional, assistente social, formação profissional.

1 Introdução

A sociedade brasileira, sob vários ângulos, foi acometida pela Doutrina de Segurança Nacional, a qual se pautou numa lógica maniqueísta, profundamente autoritária e sobejamente anticomunista. Neste sentido, áreas profissionais de vários matizes, incluindo-se aí, o Serviço Social, foram especialmente selecionadas para absorver mais profundamente os fundamentos da referida Doutrina. Isto se deve ao fato de que ao regime não interessava apenas controlar a dinâmica social e o fazer político das classes populares, mas, principalmente, bloquear a proliferação de ideias contrárias ao ideário burguês pela via do trabalho político com estas classes sociais, excluídas social e economicamente. Posta a

necessidade do controle ideológico e da dominação político cultural, não seria difícil imaginar que o regime empreenderia esforços significativos para influenciar ou controlar o processo de formação de profissionais como o dos Assistentes Sociais.

A análise da história do Serviço Social latino-americano, de modo geral, e mais especialmente o brasileiro, permite compreender que, na América latina, via de regra, o marxismo se desenvolveu fortemente nos anos 1960-70. Contudo, no Brasil não houve este tipo de produção e teorização. Pelo contrário, os intelectuais do Serviço Social se vincularam a diferentes propostas e se dedicaram a pensar a sociedade sob o prisma conservador, sem considerar a luta de classes. Assim, apropriaram-se de outras teorias como o Estrutural-funcionalismo. Neste contexto, os assistentes sociais eram formados sob o caráter técnico, considerando que era preciso enquadrar os indivíduos “desajustados”¹ nas estruturas sociais desejadas pela conjuntura.

Este processo é bem diferente do que estava sendo vivenciado pela América Latina, que passava pelo denominado “Movimento de Reconceituação”². Nos anos 1960, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, a vitória revolucionária em Cuba e a proliferação de guerrilhas levou à reflexão em torno do processo de dependência e acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como “bombeiros”, chamados a apagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo (FALEIROS, 1981). É interessante notar que somente no final da década de 1970, o Serviço Social brasileiro se aproxima das matrizes marxistas, e inicia, a partir de então, um movimento semelhante ao que já estava em curso no continente. Neste sentido, buscamos compreender as eventuais permanências e/ou rupturas com o passado recente (1964-85). E ainda mais, os motivos que levaram ao silêncio de intelectuais do Serviço Social durante a ditadura. Afinal, porque, somente a partir de 1977, é que percebe uma aproximação com a teoria marxista, quando os intelectuais Latino-americanos já haviam se apropriado da mesma há quase duas décadas.

¹ De acordo com o CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social”, os assistentes sociais deveriam atuar junto aqueles indivíduos que não se encontravam nas estruturas sociais adequadas, ou que feriam a moral daquela conjuntura. Em FRIEDLANDER (1972), existem relatos que demonstram a intervenção do assistente social neste sentido.

² Movimento vivenciado por países Latino-americanos, entre eles: Chile, Argentina, Uruguai e Peru, a partir da década de 60. Os assistentes sociais iniciaram reflexões acerca de sua atuação, e desejavam conferir novo significado a sua prática profissional, não apenas mediando conflitos, mas a partir de outra perspectiva.

2 Serviço social e Ditadura Civil-militar

O golpe civil-militar brasileiro faz parte um contexto mundial profundamente marcado pela Guerra Fria, sobretudo por um contexto de forte acirramento da luta de classes, entre 1945 e 1964, no Brasil. Com o fim da II Guerra Mundial, o mundo se encontra dividido, de um lado os Estados Unidos da América apoiando o capitalismo. E de outro a antiga União Soviética apoiando o socialismo. Neste sentido, tem-se início uma guerra ideológica.

A fim de impedir que as ideias socialistas ganhassem espaço, os EUA apoiam uma contra-revolução preventiva, que objetivava impedir que o socialismo avançasse. Concomitante a este processo, é preciso notar que o Brasil trás consigo a característica conservadora das elites, que desde a colonização se posicionaram de forma contrária as reformas sociais. Na década de 60, o país passa a viver um período de grande efervescência social; visto que, o então presidente João Goulart propunha um projeto de sociedade pautado em reformas sociais radicais, que contrariava os interesses da elite. Desta forma, uma conjugação de forças entre Brasil e EUA concretizou o golpe civil-militar, em abril de 1964.

Imersos no cenário ditatorial, se pode observar claramente a presença da Doutrina de Segurança Nacional, donde destacamos que as classes dominantes, por meio dos militares direitistas e anticomunistas, articularam muito do devir histórico da ditadura, com base nos pressupostos da Escola Superior de Guerra ³, que funcionou no país como uma caixa de ressonância do *National War College* ⁴. Contudo, mesmo a DNS sendo o centro de toda a doutrina não possui uma definição explícita, a mesma se faz presente em todos os momentos, mas nunca é esmiuçada. Trata-se da capacidade que o Estado oferece à Nação para impor seus objetivos, eliminando os oponentes. Isto se dá naturalmente através da força, que acaba por fazer com que os Objetivos Nacionais de Segurança sejam efetivados (COMBLIN, 1978). A estratégia era sempre controlar, vigiar; tudo isto oferecia suporte para que o regime se mantivesse.

³ Criada em agosto de 1949, deveria funcionar como um centro de pesquisa e ainda de debate acerca dos problemas brasileiros. Cabia a esta também, a coordenação e desenvolvimento de cursos que eram estabelecidos pelo Ministério de Defesa. É importante ressaltar que, a Escola Superior de Guerra é fruto dos contatos entre os militares brasileiros e americanos após o fim da Segunda Guerra Mundial.

⁴ Foi criado em 1946, aperfeiçoando uma experiência ocorrida entre 1943 a 1946, trata-se de um organismo americano, este claramente tinha uma ideologia contrária às ideias socialistas, e foi fundamental para a implantação da ditadura civil-militar no Brasil, tendo em vista que através do contato de militares brasileiros com este colégio, é que se criou a Escola Superior de Guerra no país.

A partir do golpe de 1964 o Serviço Social passa por profundas modificações. Naquele momento era exigida a presença de agentes qualificados que pudessem trabalhar na reprodução das relações sociais próprias daquela conjuntura, fazendo com que a manutenção da acumulação de capital fosse mantida. Tal como em outras épocas, os assistentes sociais seriam agentes da reprodução, em se tratando de uma sociedade militarizada, o papel a ser desempenhado seria mais contundente e mais monitorado. Os profissionais daquele contexto eram formados sobre o caráter técnico e instrumentalista.

Neste período o Serviço Social passou a ter uma formação universitária pautada em pressupostos teóricos, profundamente influenciados pela Sociologia, Psicologia, e Antropologia, com destaque para o Positivismo, e posteriormente para a Fenomenologia. Porém, o Serviço Social se insere em uma produção científica restrita, que por sua vez formava profissionais conservadores.

2.1 Os Seminários de teorização do Serviço Social e a formação profissional

A ditadura civil- militar instalou um projeto de modernização para o país, e isto acabou por contribuir para a possibilidade de transformação do Serviço Social, uma vez que, este sofreu basicamente três alterações. A primeira delas, diz respeito às condições de exercício profissional, houve um significativo aumento nos campos de trabalho, devido as Políticas Sociais. A segunda está relacionada com auto representação profissional, antes os assistentes sociais, eram considerados “agentes da caridade”, neste momento se tornam profissionais assalariados, o que legitimou a profissão. E por fim, a terceira modificação, as demandas práticas, os usuários passaram a ser os trabalhadores da indústria urbana. Nesse sentido, nota-se um pluralismo teórico, até então inexistente.

Do estrito ponto de vista profissional, o fenômeno mais característico desta quadra relaciona-se à renovação do Serviço Social. No âmbito das suas natureza e funcionalidade constitutivas, alteraram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (donde, pois, a alteração das condições de seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional – a formação dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões da sua organização como categoria); e seus referenciais teóricos-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como suas auto representações). Este rearranjo global indica que os movimentos ocorridos neste marco configuram bem mais que a resultante do acúmulo que a profissão vinha operando desde antes. Articulam especialmente uma diferenciação e redefinição profissionais sem precedentes, desenhando mais particularmente a renovação (NETTO, 2006).

O primeiro esforço teórico no campo do Serviço Social Brasileiro, no tempo da ditadura (1964-85) ocorre no âmbito do Seminário de Teorização, entre 19 e 26 de março de 1967, na cidade de Araxá - MG. A partir deste, o Serviço Social passa a ser definido, pelo CBCISS 1986, como a prática institucionalizada, caracterizada pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas. Portanto, é possível identificar que a atuação dos assistentes sociais naquele momento era respaldada pelo: Serviço Social de caso, em que o objetivo era enquadrar as famílias e pessoas, vítimas de algum “desajustamento” social. Caracterizava-se como uma tentativa de adequar o Serviço Social às tendências políticas que a ditadura colocava.

O Serviço Social de Caso é uma arte, na qual são utilizados os conhecimentos das ciências das relações humanas e a técnica do relacionamento, para mobilizar as potencialidades dos indivíduos e os recursos da comunidade que sejam adequados a um melhor ajustamento entre o cliente e todo ou parte de seu ambiente social. [...] A fim de modificar esse desequilíbrio, os relacionamentos cliente-assistente social são, no método do Serviço Social de Caso o meio de obter mudança (FRIEDLANDER, 1972).

O que conferia legitimidade a esta atuação e concepção era a influência do neotomismo⁵, definindo os postulados do Serviço Social, o que representava os pressupostos éticos e metafísicos. Contemplava aspectos como: a dignidade da pessoa humana, a sociabilidade, entre outros. Outro elemento que também se fazia presente eram os princípios operacionais, estes se referiam à prática do Serviço Social, e pressupunham uma ação voltada para a visão global do homem, integrada em um sistema social. Sintetizando, o documento de Araxá não avança significativamente na teorização, embora se note a presença do Estrutural-funcionalismo. Inscreve-se no âmbito da prática, fazendo com que a teoria vigente apareça apenas nas entrelinhas.

Embora expressamente preocupado com uma anunciada “teorização do Serviço Social”, o documento de Araxá não a enfrenta explicitamente. De fato, é impossível localizar em sua arquitetura uma concepção teórica objetivada sobre a profissão. [...] Entretanto, nem por este artifício se escamoteia a teoria: se ela vem revestida pela tecnicidade, não está evidentemente cancelada; bem ao contrário: existe uma clara dominância teórica a enformar o Documento de Araxá – é o referencial estrutural-funcionalista (NETTO, 2006).

⁵Recuperação da filosofia de São Tomás de Aquino: Doutrina Social da Igreja: amor ao próximo, à existência do bem e mal, entre outros.

Posteriormente acontece o Seminário de Teresópolis entre dias 10 e 17 de janeiro, na cidade de Teresópolis – RJ. Uma das informações mais relevantes acerca desta produção é que a perspectiva modernizadora⁶ se afirma, não apenas como uma concepção profissional, apresentada de forma geral, mas como uma proposta interventiva, que se estruturava sob o viés do agir imediato, adequando os indivíduos considerados “desajustados”, as estruturas sociais exigidas naquele momento; através de trabalhos realizados em grupos, famílias, e atendimentos individuais.

Neste Seminário três textos norteiam as reflexões dos assistentes sociais: “Introdução às questões de metodologia. Teoria do diagnóstico e intervenção em Serviço Social” (COSTA, 1978). Este problematiza a concepção de Serviço Social, que se fazia presente no seminário. Recusa-se a pensar a profissão sem remetê-la a questões inerentes às ciências sociais. Critica o caldo conservador que movia as discussões e propostas. Em suma, era uma elaboração teórica, que estava além do discutido naquele momento, por isso não foi bem aceito pela categoria. “Bases para a reformulação da metodologia do Serviço Social” (SOEIRO, 1978). Consiste em formulações errôneas para aquele momento, uma vez que, fundamenta sua discussão no princípio de que o Serviço Social tinha por objeto, o processo desenvolvido pelo homem a fim de obter soluções normais para dificuldades sociais. Ou seja, se encontrava fora das discussões daquele seminário, visto que, o objeto de atuação naquele momento era a adequação as estruturas exigidas, e não o colocado pelo texto. Desta forma, foi recusado pelos profissionais. O que merece destaque é: “A teoria metodológica do Serviço Social: uma abordagem sistemática”, José Lucena Dantas (1978).⁷ Apresentava uma concepção articulada entre a metodologia e o Serviço Social; e isto era o exigido pela perspectiva modernizadora. Dantas coloca a necessidade de se estruturar uma metodologia de ação para o Serviço Social, o que segundo o autor, iria conferir a profissão o caráter da cientificidade. Portanto, há uma aproximação do método profissional com o científico. Por oferecer um conjunto de ações orientadas para a atuação, este texto foi o mais bem aceito pela categoria, e as discussões posteriores são orientadas por esta perspectiva. Dantas propôs um método de atuação profissional dividido em duas categorias: diagnóstico (relacionado com a

⁶Caracteriza-se pela intenção de transformação do Serviço Social de tecnologia em ciência, adotando para isto o método científico. Trata-se de uma concepção conservadora influenciada pelo Positivismo, que acabava por mascarar as relações sociais entre as classes.

⁷Fragments deste texto podem ser encontrados em: FRIEDLANDER, W. A. *Conceitos e Métodos de Serviço Social*. Agir, 1972. p. 30- 53.

demanda apresentada aos assistentes sociais) e intervenção planejada (a estruturação de ações para adequar determinada situação social).

Diante de todo este contexto, é possível identificar um perfil sociotécnico⁸ exigido naquele momento, em que os usuários seriam enquadrados, sem nenhum tipo de reflexão crítica. A partir de todas estas considerações podemos afirmar que o “Documento de Teresópolis” aponta a necessidade de requalificar a atuação do assistente social, e inscrevê-la no circuito da modernização conservadora, visando à manutenção desta, ainda que sob uma nova roupagem, visto que, pensava-se uma metodologia para o Serviço Social. Para isto, era necessário afinar a discussão da política de assistência nos parâmetros desenvolvimentistas, ou seja, pautar a formulação e implementação destas nos interesses do sistema vigente. Neste sentido, a pauta operativa da intervenção profissional pressupunha um técnico que fosse capaz de se mover com familiaridade entre as disciplinas acadêmicas como: Planejamento, Administração, Estatística, Política Social, Economia e os mais diversos ramos da Sociologia. Através do domínio destes conteúdos os profissionais seriam capazes de se apropriarem dos instrumentais necessários para garantir eficácia na ação profissional.

Em 1975, começam a surgir novas vertentes renovadoras, impulsionadas pelo contexto histórico, e também pelo movimento de Reconceituação Latino-Americano. Desta forma, um grupo reduzido de assistentes sociais recorre a outras teorias, e buscam imprimi-las no Serviço Social. Acontece então, o Seminário de Sumaré e Alto da Boa Vista, no qual a principal teoria era a Fenomenologia. Os temas debatidos foram: “A relação do Serviço Social com a cientificidade”, “A Fenomenologia” e “A dialética”. O que importava para os profissionais neste momento era compreender os sentimentos das pessoas diante das mais adversas situações, a partir disto, juntamente com o cliente, traçar meios para alterar seus sentimentos e reações, diante daquele problema. O documento de Sumaré e Alto da Boa Vista, contava com as produções teóricas de três autoras: Pavão, Carvalho e Almeida, estas propunham formas de atuação profissional objetivando a transformação social, através da mudança do indivíduo. Esta produção se manteve mais restrita, e não conseguiu ampla aceitação e participação dos assistentes sociais, como em momentos anteriores (NETTO, 2006).

⁸Trata-se das características exigidas dos assistentes sociais naquele período. Os profissionais eram formados sob o caráter técnico e burocrático. Existia uma preocupação com a prática, o método de atuação. O importante era adequar as pessoas às estruturas sociais exigidas, de modo imediato. Portanto, o assistente social se torna um funcionário do desenvolvimento.

No ano de 1979, a dinâmica social encontrava-se marcada pela presença do general João Batista de Oliveira Figueiredo, presidente da República empossado em março daquele ano, a ele caberia dar continuidade ao processo de abertura política. Embora mantendo um comportamento ambíguo, visto que por um lado sancionava a Lei da Anistia e revogava os decretos que cercavam as atividades estudantis, reprimia greves, interferia em sindicatos e expulsava estrangeiros envolvidos em movimentos populares, o presidente não deixava dúvidas sobre suas convicções e disposição em possibilitar o retorno da democracia ao País.

Nos meandros destes acontecimentos, postulamos que a década de 1980 representou um período em que o Serviço Social sofreu significativas alterações, e estas proporcionaram um salto de qualidade, visto que, inicia-se o processo de rompimento com o conservadorismo. Neste período ocorre à revisão do currículo mínimo do Serviço Social, esta pode ser definida como um processo amplo e ligado à dinâmica da sociedade. Visto que, a alteração no conteúdo e na metodologia de ensino de um curso deve se fundamentar em questões relacionadas à realidade social, e dinâmica profissional.

Em meio a todas estas mudanças o Serviço Social vivencia o início de uma nova fase, configurada na experiência desenvolvida na PUC-MG, coordenada por Leila Lima Santos. Esta elaboração representou o momento em que o Serviço Social se aproximou da classe trabalhadora, através da ênfase na pesquisa acadêmica. O método BH pode ser definido com uma experiência, que configura a primeira elaboração acadêmica cuidadosa. Estrutura-se sob o viés marxista, inicialmente de forma vulgar, visto que, não houve a apropriação de fontes originais, e sim secundárias, porém consegue avançar e inserir-se na perspectiva crítica dialética, adquirindo sua maturação nas obras da autora Marilda Villela Iamamoto.

Os estudos de José Paulo Netto vão ao encontro de nossa reflexão, no sentido de mostrar que, o Método BH proporciona ao Serviço Social a aproximação com a classe trabalhadora, e uma orientação diferenciada no que tange a questão social. Os assistentes sociais passaram a estudar a realidade dos trabalhadores, através da pesquisa de campo desenvolvida em bairros selecionados. Outro ponto, que possui grande relevância, diz respeito à compreensão da categoria profissional como um elemento fundamental, para se repensar o Serviço Social. Pela primeira vez, os assistentes sociais iniciam uma reflexão acerca da categoria profissional da qual fazem parte. Passando a visualizar que, também se constituem como classe trabalhadora, e conseqüentemente, seu trabalho é sustentado pelo capital.

Dentre as primeiras formulações deste novo momento no Serviço Social, pode-se pontuar que na experiência do Método BH, é possível identificar uma proposta profissional alternativa de intervenção as tradicionais práticas, conferindo ao Serviço Social uma abordagem inovadora. Outra formulação apontada por Netto na construção da intenção de ruptura é a obra desenvolvida por Marilda Villela Iamamoto, publicada em 1983 por ela e Raul de Carvalho: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. Refletindo nas palavras do autor, maioria intelectual da perspectiva de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias (NETTO, 2006).

Evidentemente, o método apresenta algumas falhas, essencialmente por ser a iniciativa pioneira de caráter marxista. Um traço, que é fruto do conjunto de problemas que esta elaboração apresenta, e que se faz presente na contemporaneidade, é o ecletismo profissional.

É possível inferir uma reflexão acerca dos motivos que levam a esse processo, sem dúvida, uma das causas está no fato de que a ditadura civil-militar imprimiu na profissão marcas que ainda não foram efetivamente sanadas. Estas se apresentam na contemporaneidade, uma dessas expressões que pode ser visivelmente apontada reside na precarização do ensino superior em Serviço Social, especialmente devido à proliferação dos cursos à distância, que conta com projetos pedagógicos fragmentados, e que acabam por formar profissionais técnicos e instrumentalistas, como em outros tempos; mais uma vez atendendo as exigências da atual sociedade.

Sintetizando, durante todo o período da ditadura civil-militar, o Serviço Social foi influenciado pelo regime, mostrando-se como uma profissão frágil academicamente, facilmente influenciável e adequando-se as exigências da classe dominante. Só há possibilidade de ruptura com as raízes tradicionais no momento em que o regime entra em crise, contudo é importante salientar que mesmo dentro deste contexto, houve produção acadêmica, e formas diferenciadas de compreender a sociedade. Porém, o Serviço Social brasileiro, de modo geral, ao longo de sua história acompanha as transformações políticas e sociais do país.

3 Conclusão

Em termos conclusivos, podemos tão somente apontar, que efetivamente a Doutrina de Segurança Nacional se fez presente no processo de formação cultural e intelectual dos assistentes sociais. Considerando os propósitos políticos da Doutrina, temos que o objetivo fora o de formatar ideologicamente aqueles profissionais para que, no momento de contato com os setores sociais mais empobrecidos, não fossem capazes de politizar estes grupos e, com isso, executassem seu trabalho de maneira mais técnica e objetiva.

Apesar da existência de uma ditadura militar no país, o Serviço Social, conseguiu refletir sobre a realidade brasileira, com certa autonomia. Os intelectuais buscaram fora do país maiores condições de entender o que se vivenciava. Ao compreender a realidade brasileira marcada pelos problemas de um país inserido no continente latino-americano, os pensadores do Serviço Social conseguiram manter a liberdade de pensamento, conferido a profissão certa atualidade. Visto que, houve diálogo com os profissionais latino-americanos. De outro modo, trabalhando com a categoria, advinda do marxismo, os formuladores do Serviço Social resistiram intelectualmente à ditadura e conseguiram manter um bom nível de reflexão para sua área de saber, em termos nacionais e continentais.

Não é possível afirmar que a herança conservadora da ditadura civil-militar foi totalmente superada, na atualidade ainda existem profissionais que são formados com orientações conservadoras, evidentemente sob um prisma diferente. A realidade do Serviço Social se encontra marcada pela presença de uma lógica mercantil cada vez mais forte, na qual não importa a formação e sim o número de formados, tudo isso se evidencia na proliferação dos cursos à distância, e na mercantilização da educação. Todas estas manifestações rebatem na prática profissional, tal como em outras épocas muitos assistentes sociais ainda não são capazes de promover a politização da classe trabalhadora, ao contrário contribuem para que esta se aliene cada vez mais, em meio aos benefícios assistenciais ofertados pelo governo. Só se torna possível compreender a realidade do Serviço Social atualmente, se deitarmos o olhar sobre o seu passado, neste sentido, é possível afirmar que o Serviço Social avançou muito, tornou-se uma profissão com consciência política, contudo ainda prevalece o imenso abismo entre teoria e prática, entre a vanguarda profissional e os assistentes sociais de ponta.

Referências

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 176 p.

COAGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina: A era das ditaduras Chile, Argentina e Brasil Luta armada e repressão*. São Paulo: Editora Contexto, 2001. 11-49 p.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 251 p.

DABÈNE, Oliver. *América Latina no Século XX*. Tradução: Maria Izabel Mallmann. Edipucrs, Porto Alegre, 2003. p. 49-137

FALEIROS, V. de P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 84, p. 21-36, 2005.

FRIEDLANDER, Walter A. *Conceitos e Métodos de Serviço Social*. Agir, 1972. p. 30- 53.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 20. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 235-325

IAMAMOTTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 19. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

KOIKE, Maria Marieta. *Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais*. p. 1-26, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11. ed. Cortez Editora, São Paulo, 2007, 165 p.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 334 p.

NETTO, José Paulo. A emergência do Serviço Social como profissão. In: *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 68-81.

PAVÃO, Ana Maria Braz. *O princípio da autodeterminação no serviço social: visão fenomenológica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

PRADO Luiz Fernando Silva. *História Contemporânea da América Latina 1930-1960*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. p. 22.

SÁ, Janete L. Martins de. *Conhecimento e Currículo em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZLLI, Cesar Augusto Barcellos. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27- 45.

The influence of national security doctrine in the formation of social workers

Abstract

The civil-military dictatorship (1964-85) impregnated the set of social fabric, the National Security Doctrine, which predicted the existence of a world war against communism. The DSN influenced the Brazilian cultural formation by various vectors, like, for example, in the curricular structures of Undergraduate Courses. Thus, the Social Service was one of the favorite targets. So this work had as his main objective to identify, through the analysis of the curricular structures of the period in question, DSN influences on the academic formation of social workers. Methodologically we used the bibliography review, in which we analyzed several bibliographies related with the theme. It was concluded that the DSN made itself present in the intellectual cultural formation of social workers. We understood that the objective was to ideologically format those professionals so that, in the moment of contact with the poorest social sectors, they could not be able of politicize those groups and execute their work in a more technic and objective way. Despite the existence of a military dictatorship in the country, the Social Service, managed to reflect about the Brazilian reality, with certain autonomy. However, it's not possible to state that the conservative heritage of the civil-military dictatorship was totally surpassed.

Keywords: national security, social worker, doctrine, influence.